

SOBRE OS CONCEITOS DE SUJEITO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

SÉRGIO NUNES DE JESUS¹

CELSO FERRAREZI JÚNIOR²

ANA CHRISTINA DE SOUSA DAMASCENO³

RESUMO

O presente texto centraliza-se em diversas abordagens linguísticas e psicológicas sobre o sujeito e busca respostas numa perspectiva de olhares múltiplos que se diversificam em sua referência teórica. O texto apresenta o sujeito como materialidade na língua[gem], materialidade esta que se manifesta nas diversas funcionalidades da língua. Retoma, por conseguinte, os principais conceitos base sobre o sujeito para verificar em que medida o sujeito materializado no eu discursivo é interpelado pela ideologia e por que razões não se pode considerar que esse sujeito seja plenamente consciente de sua formação, isto pela falta imanente que lhe constitui como essência material na língua[gem], mas nem sempre como essência volitiva da autoria.

Palavras-chave: Sujeito, Língua e Linguagem, Epistemologia da linguagem.

1 Doutor e Cursa Doutorado em Ciências da Linguagem pela UNICAP - PE, sergio.nunes@ifro.edu.br;

2 Doutor da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG, cferrarezij@gmail.com;

3 Cursa Doutorado em Ciências da Linguagem pela UNICAP - PE, damascenopedagogico@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Para não incorrer nos riscos sobre a questão do *sujeito* é válido considerar seus fundamentos, bem como uma retomada ao debate em questão iniciado por Freud e que deu o ponto de partida para Lacan.

Via de regra, a questão sobre o sujeito iria se inscrever nesse viés a partir da “psicologia das Massas de se opor à análise do Eu” (CABAS, 2010, p. 10); logo, questionaria qual seria o papel da psicanálise, seus problemas e as subjetividades envolvidas ao se falar em um “sujeito renascido”.

Ainda nessa perspectiva, é importante salientar que o referido *sujeito* não é a ‘causa’, mas o ‘causado’; em outras palavras, ele é ‘função’ e não a ‘instância’ (a psíquica) (CABAS, 2010), pois necessita de ‘conteúdo’ para definir os constituintes da *subjetividade*. Assim, a importância desses fundamentos da noção de sujeito; seja pela função subjetiva ou pelo inconsciente, principalmente na contemporaneidade por meio da sua posição, do contexto em Freud ou psicanalítico em Lacan – pela psicanálise didática para tratar do assunto – este como ponto de partida.

METODOLOGIA

Partindo de uma abordagem qualitativa, com uma pesquisa analítica, faremos aqui uma pesquisa bibliográfica, analisando, assim os conceitos de sujeito e suas implicações na linguagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A noção de *sujeito* perpassa a sua concepção analítica, pois é visto, por vezes, como uma ‘referência’ nuclear da própria teoria. Ela representa a questão material, a saber: sua resolução, interpretação, sua transferência e o “tratamento analítico” (CABAS, 2010, p. 13).

Sendo assim, é importante salientar que Freud jamais idealizou ou fundamentou ‘uma teoria do sujeito’ ou até mesmo base filosófica sobre o tema em questão. O fato é que as experiências constitutivas em seus tratamentos caracterizaram debates sobre as referências de

'um eu' e também 'um si-mesmo' de um suposto fundamento dialético: Para Cabas (2010, p. 13):

[...] O resultado representou uma subversão. Significou uma redefinição do que é a experiência humana. Isso, por sua vez, deu origem a um novo saber. Um saber sobre o sentido, o alcance, a meta e a razão do ato. Do ato enquanto humano. É o que conhecemos como elaboração freudiana.

Por tudo isso, na obra de Freud a noção de *sujeito* é uma referência permanente e sempre presente. Uma referência constante. Porém, implícita.

Assim, é válido considerar que, Lacan foi quem deu o ponta pé inicial e fez uma retomada freudiana – popularmente falando: 'deu a cara a tapa' nessa questão estritamente complexa e que gera inúmeras noções teóricas não apenas para a psicanálise, mas também em outras áreas do conhecimento científico nas ciências humanas e sociais; pois o *sujeito* sempre será um debate e referente a questão freudiana.

Se fizermos uma retomada epistemológica a partir de conceitos analíticos e se incluirmos a 'noção de sujeito' encontraremos inúmeros inconvenientes e obstáculos que nos levaria a outros discursos sobre essas noções e suas consequências como 'função'. Disto isto, para a concepção psicanalítica, existem as seguintes inscrições que permeiam essa evidência: a) epistêmica e a b) clínica; ambas numa dualidade constante desse estatuto que faz nascer inúmeras questões – entre elas: 1) se a noção freudiana pode ou não se distinguir do mote da *subjetividade*; 2) se a noção de sujeito é contemporânea da filosofia; ou 3) de que maneira o sujeito freudiano se diferencia do sujeito cartesiano.

De qualquer sorte, os sentidos serão diferenciados e nós como sujeitos pensantes devemos assim instituir o nosso próprio levantamento ao distinguir essa problemática contemporânea. Outrossim, nos impõe as diversas discussões para o analista e suas experiências humanas.

Embora se constitua na literatura uma vasta escrita freudiana – a terminologia sobre o 'sujeito' não faz parte da dimensão do seu vocabulário. Essa inscrição, por vezes, encontra-se paradoxal – em parte

por inúmeros pesquisadores, pois Freud na sua abordagem *subjetiva*, não se referia e nem ao menos cunhou o termo *sujeito*.

Para Cabas (2010, p. 22) “Com efeito, sempre segundo Strachey, ele empregou a palavra *sujeito* uma única vez, na ‘Metapsicologia’ e, mais exatamente, quando aborda o estudo das vicissitudes da pulsão”. Isto posto, observamos o objeto pulsional no movimento de *ida e volta* ou para entender melhor: *sujeito e objeto* – o agente da ação pulsional e a quem se dirige dentro dessa premissa dialética.

Ainda nessa mesma concepção, a perspectiva clínica impõe uma espécie de retorno a pessoa a partir da pulsão – essa vista como uma questão pendular e, ao mesmo tempo, paradoxal, pois aponta o *sujeito* como subvertido e o sublinha como o *sujeito* do enunciado; ou seja: transforma-se radicalmente do *agente ativo* para o *agente passivo* – efeito base do circuito pulsional.

Em seu Seminário XI, Lacan parece marcar a sua perspectiva sobre o *sujeito* a partir da sua construção da clítica. Ao se deparar com o termo que era empregado no sentido comum da palavra – irá referir-se aos espaços implícitos desse aparecimento do *sujeito* na lógica freudiana. Esse aparecimento do sujeito sofrerá efeitos na pulsão como *um novo sujeito*.

Assim, para Lacan, Freud ao sinalizar o *sujeito*, mesmo que incidentalmente em uma de suas análises, parece ter dado a vez a ‘introdução ao sujeito’, passando a ser necessária e dialeticamente da natureza do homem ou como é visto a partir da “turbulência passional”; mesmo escrito apenas uma “linha” o *sujeito* torna-se uma espécie de ímpeto, principalmente no romantismo alemão – onde foi largamente concebido na influência do platonismo inserido nas obras.

Dessa maneira, o *sujeito* freudiano sempre aparecerá como ponto de referência ou seja: sempre um suporte à margem – um *silêncio que grita* – que ocupa certo espaço – que quer sempre atenção, pois parece estar explícito de que o próprio Freud *não pode ser considerado sujeito*, mas sim como o Freud do *inconsciente*; temos a perspectiva que se o inconsciente é freudiano – o sujeito pode ser considerado como lacaniano (CABAS, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar sobre o *sujeito* e suas questões não é uma tarefa fácil. Ao longo de décadas vem chamando a atenção dos epistemólogos que mantêm interesses desse objeto de estudo e que inspira inúmeros debates contraditórios ou favoráveis sobre o tema. Nesse aspecto, formularemos apenas uma base conceitual que possa facilitar o entendimento, via de regra, pela psicanálise – assim abordando as noções de ‘consciente e inconsciente’ que antecipará o *relevo do sujeito*.

Nessa abordagem, vamos tomar como base a frase freudiana: *tornar consciente o inconsciente*. É importante salientar que não se trata ‘apenas de uma frase’, mas ultrapassa; torna-se ‘uma sentença linear de um enunciado’, de questões analíticas a se estabelecer socialmente. Por vezes, essa sentença definiu uma base para o trabalho analítico. Razão essa que se estabelece como referência argumentativa do texto freudiano de 1920 que aponta o corte e, ao mesmo tempo, a ruptura dessa introdução freudiana que vai “Além do princípio do prazer”; outro escrito que fundamenta “[...] o fim proposto, de tornar consciente o inconsciente [...]”.

Nessa perspectiva, *tornar consciente o inconsciente* é cambiar significados a partir de uma trama que requer um reconhecimento e uma representação que poderá assumir subjetivações a partir dos efeitos por eles produzidos por meio da consciência. Para Freud esses termos eram definidos como objetos clínicos para o trabalho analítico; logo desencadeou a publicação da ‘A interpretação dos sonhos’ – este como base fundadora à análise dos sonhos e seus constituintes. Via de regra, o que estará em jogo é a questão do ‘desejo’ – esse como *desejo do inconsciente* quiçá, podemos afirmar: ‘pré-consciente’. Nesse sentido, ele pode recobrir o desejo e vai implicar num ‘real impossível’ de suportar. É um desafio, pois poderá não significar o esperado e caracterizar um desprazer da satisfação não atendida.

Defender esse ponto de vista é paradoxal, pois em determinados momentos “[...] existem casos em que a realização do desejo culmina numa experiência de prazer e não da eclosão de um estado de angústia. O fato é que, se assim fosse, [...] seria uma exceção e não a expressão da regra” (CABAS, 2010, p. 36). Acreditamos que essa trama pode e deve separar inúmeras considerações, principalmente de natureza

humana pelo limite que assim se estabelecem em suas relações; logo, eis o ‘peso do recalque’ ao rever a questão do desejo do inconsciente.

A concepção da tradução freudiana de *tornar consciente o inconsciente* impõe um reconhecimento e assumir o simbólico como objeto de relevo, pois a consciência irá apontar a *instiutuição-do-ser* (CABAS, 2010, p. 38), grifo meu; podemos substituir como subjetivo, pois representa o *sujeito de si* e do *sujeito do mundo* – ou seja: da consciência que irá acolher um dado ‘dizer’, ‘enunciação’, ‘sentido’ que poderá caracterizar um desequilíbrio nesse processo de significações.

Ao longo da exposição já realizada, o leitor já deve ter percebido que as estruturas e posições relacionadas ao que seria o sujeito nos levam a recorrer a fatores fundantes do conceito de *interdição*. Neste ponto, vamos tratar amiúde essas noções:

- a. *Pulsão* – onde o interdito é inscrito. A nossa posição aqui é de ‘reinventar’ o interdito, de considerar e agir sob a barra desse interdito, do sofrer e do gozar a separação do outro, da *alteridade*. Mas, o outro enquanto indiferença não pode fazê-lo de um objeto, um instrumento de prazer ou gozo em nome de um dado desejo (particular), pois o outro também é portador. Observamos que, mesmo que na psicanálise lacaniana não seja claro esse viés – a base teórica irá falar da *intersubjetividade*. Essa postura diz que o *sujeito* virá sempre num *jogo de lugares*, na medida em que o outro investe em algo que alguém diz – o dito será objeto do investimento alheio, mas, ao mesmo tempo circulará – será também opcional e se oferecerá como objeto. Logo, haverá nessa questão, a possibilidade de uma dialética na relação com o outro, uma relação do tipo *sujeito-objeto vs. objeto-sujeito*. Porém, no ‘perverso’, esse interdito é desmentido. O outro, enquanto alteridade e sujeito do desejo, é instrumento objeto do gozo e do prazer ao mesmo tempo; haverá continuamente, o desminto da condição do outro (dele ao ouvir) de alguém que fala que tem um desejo a dizer. Uma outra concepção é a que segue:
- b. *Psicose* – nessa abordagem o interdito parte do processo de inscrição da metáfora paterna, exposta por Lacan (1978) e tem como efeito o sujeito do desejo – o sujeito do inconsciente. Essas formas do mesmo sujeito fazem com que seu processo seja instalado, mas ele não chega a ter fracasso nessa inscrição

– ele não se diferencia dos demais – não se constitui como sujeito do desejo, pois ‘não tem um dizer’, e também ‘não tem essa falta’. Para tanto, não entra precisamente nas ‘leis da linguagem’. Essa pulsão, por sua vez, *no neurótico habita a linguagem; no psicótico, este é habitado pela linguagem*. Ele fala, mas não fala a partir de uma falta que ele tem e o que ‘ele fala no sentido de chegar um dia’ – na ilusão, na esperança de dizer ‘daquilo que nunca diz’ – onde o *modus operandi* do psicopata e do psicótico se aproximam; tais processos ajudam na ‘abdução da alteridade’ como objeto do gozo, logo, aludimos: *não outro; não sujeito; não pessoa; não humano*. O desejo é o que está e sempre estará na base entre o *consciente* e o *inconsciente*. Dessa maneira, se existe um *sujeito*, existe uma forma dele lidar com a situação que é guiada pelo desejo e isso impõe questões sintonizadas por ele (desejo). Enfim, tais coisas têm a ver com o ‘meu desejo’, têm a ver com a ‘minha forma ou maneira’ de funcionar, ou seja: existe uma imposição ao sujeito de acordo as suas necessidades.

Pensar o inconsciente por ele mesmo, estruturado por uma linguagem, irreduzível ao sentido - pois o inconsciente fala por meio dos sintomas na histeria, na obsessão, na loucura entre outros - é tomá-lo pela lógica ou pela fórmula de linguagem proferida pelo sujeito (nós somos ao falar) e estabelecer junções pelo e para o sujeito.

Nesse sentido, assim como uma entidade linguística se relaciona a outras por suas propriedades, um sujeito se relaciona o outro por suas idiosincrasias. E essa relação sempre implica dependência e oposição. É um dos paradoxos da alteridade que dela dependamos para nos aproximar ao mesmo tempo em que ela nos opõe e nos interdita.

Assim, conquanto saibamos que linguagem é interação, pois nos afeta, aos interlocutores, em sua materialidade, é também interdição, pois nos limita a certos comportamentos aceitáveis. Na mesma medida em que a linguagem nos revela, nos esconde em sua opacidade, a nós e a outros sujeitos que se alojam parasiticamente em cada um de nós. Assim, se não há *língua sem sujeito falante, não há sujeito falante sem os sujeitos opacos que o compõem*: não é mais uma questão de corporeidade, mas das forças que dentro do falante se relacionam invisíveis até que percebidas, insensíveis até que sentidas no discurso. Logo, se

somos sujeitos ao pensar (cf. Freud), sob o ponto de vista do cogito, o sujeito não pode residir apenas na consciência, mas está no espaço entre consciência e inconsciência. O sujeito só existe na ordem humana e não existe sujeito sem o outro. A pulsão é o 'alerta' da Psicanálise, bem como é o limite entre o psiquismo e o somático, uma vez que estímulos no interior do corpo, mantêm o ser humano em alerta constante ao repetir experiências sociais, retratam a morte como prevalência à vida. Assim, seria um erro pensar que a Psicanálise estuda apenas o inconsciente, já que os instintos são ligados às necessidades sociais. Será por isso que "a psicanálise sempre terá inimigos" (cf. Freud).

É importante sistematizar os conceitos para materializar as formas e seus constituintes para melhor compreensão sobre o *sujeito* e a sua imersão social – via de regra, pela linguagem. O ser humano, por sua vez, tem a ilusão do domínio do seu psiquismo, embora desconheça o que deseja.

Sobre isso, o que dizem alguns dos principais pensadores dessa questão e que trabalharam a Análise do Discurso de forma apoiada na base psicanalítica? Vejamos:

- **Chemama (Org.) (1995, p. 208):** "Ser humano, submetido às leis da linguagem que o constituem, e que se manifesta de forma privilegiada nas formações do inconsciente";
- **Ferreira (2005, p. 18):** "Assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito. Ser assujeitado significa antes de tudo ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos";
- **Indursky (1998, p. 11):** "Na constituição desse sujeito, ideologia e inconsciente encontram-se inextricavelmente entrelaçados. A Análise do Discurso afasta-se, pois, da noção de sujeito empírico que sabe e domina o que diz e o que quer dizer e encaminha-se para um sujeito que pensa que domina o que diz, mas, que, de fato, é determinado, sem se dar conta, a dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito";
- **Pêcheux (1995):** Conforme o autor, o sujeito é atravessado histórica e ideologicamente por discursos – esses caracterizados como *assujeitados* à ideologia organizada nas formações discursivas; essas ideologias, que se posicionam no sujeito ideologicamente, participam de formações discursivas que

vão determinar o que pode e deve ser dito a partir das suas conjunturas;

- **Rudnesco; Plon (1998, p. 742):** “(Sujeito é um) ... Termo corrente em Psicologia, Filosofia e Lógica. É empregado para designar ora um indivíduo, como alguém que é simultaneamente observador dos outros e observado por eles, ora uma instância com a qual é relacionado um predicado ou um atributo”.

De tudo isso, o que tomamos como comum? Em primeiro lugar, observamos que a constituição do *sujeito* é, sem sombra de dúvida, um processo ideológico que deixa pistas na materialização da língua[gem]. Em segundo lugar, é por meio dela (a linguagem) que o discurso é revelado – suas marcas embora não sempre motivadas pela ação do consciente do sujeito estão ali. Finalmente, *constituir-se sujeito* é condição *sine qua non* para produzir e para compreender discursos, mesmo que esse sujeito seja assujeitado.

Em princípio, cumpre destacar que, o termo ‘sujeito’ assume nas Humanidades (considerada aqui a Linguística como parte das Humanidades, o que não é consensual), em resumo, duas grandes concepções que apresentam nuances distintas conforme o enfoque e o método aplicados. São elas: [As distinções que vêm a seguir, são baseadas em quem autores]

1. a primeira e mais comum, que inclusive, chega a se confundir como o uso popular da palavra, vincula o sujeito a uma ‘pessoa’ (seja uma pessoa literal ou simbólica). Neste caso, o que está em jogo é o conjunto de ideias relativas à identidade, à formação da identidade e à expressão da identidade;
2. a segunda, mais específica da Linguística, por sua vez, divide o sujeito em três conceitos bem diferentes:
 - a. o de **termo oracional**, puramente sintático e em que não existe nenhuma relação entre a função sintática e sua referencialidade;
 - b. a de **ser representado** pelo termo oracional, ou seja, já no campo da extensão do significado do termo oracional, e tratando da estrutura temática do enunciado; e

- c. **c.** a de **autor/ produtor de um discurso**, em que se retoma a ideia de identidade e de expressão do discurso, seja de forma autoral ou de forma reportada.

Vejamos, agora e de forma mais detalhada, como essas diferenças conceituais se constituem na Linguística:

- a. **Na Linguística (considerada de uma forma geral)** - O tema 'sujeito' é muito complexo na Linguística, uma vez que depende da área de estudos a que se refere. Portanto, não se permite, aqui, uma resposta unificada em um único conceito. Os principais usos são feitos na Sintaxe, na Semântica, na Sociolinguística, na Análise do Discurso e na Pragmática, o que não impede de o tema ser tratado em outras subáreas. Aqui, falaremos apenas dos principais.

a1) Na Sintaxe - Na tradição gramatical brasileira, oriunda da Lógica Proposicional grega, o sujeito sempre foi tratado como 'ser de quem se faz alguma afirmação', ou seja, 'a quem se atribui um predicado'. É evidente que esse critério é absurdo do ponto de vista sintático, porque diz respeito a elementos de natureza lógico-referencial, afinal, o sujeito sintático não é um 'ser', mas um 'termo oracional'.

a2) Na Semântica - Na Semântica Formal, o sujeito se confunde com a concepção da Lógica Proposicional, qual seja, a de que o sujeito é 'o termo do qual se afirma algo' ou 'ao qual se atribui um predicado'. Isso é possível na Semântica Formal em função de sua natureza eminentemente verifuncional, ou seja, ligada a elementos referenciais do mundo.

a3) Na Sociolinguística - na Sociolinguística, o conceito de sujeito é bastante simples, uma vez que é considerado sujeito todo membro falante de uma comunidade de fala já que todo falante possui um idioleto (uma forma peculiar de produzir linguagem) e, portanto, todo falante contribui para os processos evolutivos da língua. Um aspecto importante da ideia sociolinguística de sujeito é que ela contempla a percepção do processo de silenciamento, que é dos temas mais caros e importantes para a Linguística atual, e que se refere ao fato de que os ambientes sociais,

por meio do preconceito linguístico e de outras práticas de poder (especialmente o constrangimento), acabam por silenciar o idioleto de certas pessoas e/ou de certos grupos de falantes, em determinadas circunstâncias, o que é especialmente danoso em termos de construção da identidade.

a4) Na Análise do Discurso - Nesta subárea, o sujeito sintático (frasal), perde espaço para outras concepções de sujeito que estão ligadas ao campo existencial (das pessoas) e que ocupam o conteúdo discursivo. No campo da produção do discurso, o primeiro a considerar é o sujeito da fala (grosseiramente, aquele que materializa o discurso). Mas, também há de se falar que o sujeito da fala pode, ao externalizar um discurso, reproduzir o discurso de outrem (ou vários discursos de outros sujeitos - estes, os *sujeitos do discurso*), o que o torna um sujeito assujeitado, uma vez que não possuidor de um discurso próprio. Logo, na análise do discurso já produzido, podemos elencar a figura do *sujeito-autor*, aquele que produz um discurso próprio e do *sujeito-reportado*, aquele cujo discurso é reproduzido por outrem.

a5) Na Pragmática - o conceito de sujeito na Pragmática é fundamentalmente relativo ao indivíduo que enuncia (e como ele imprime a seu enunciado, pelos diferentes recursos pragmáticos da língua, funções comunicativas e sentidos específicos) e que, eventualmente produz os *atos de fala*. Assim, o estudo do sujeito na Pragmática, assim como na Semântica, se desloca do sujeito meramente sintático para a dimensão lógico-referencial.

Observamos também a ancoragem discursiva que aponta a língua como heterogênea e as abordagens sintático-gramaticais como 'algo' que significa e faz sentido. Nesse sentido, vemos a 'falta', o que não podemos dizer 'tudo' – sempre faltará/faltarão palavras para significar ou dar sentidos – a existência desse impossível se transfigurará nas falhas, equívocos e deslizamentos de maneira contínua, pois esse é o lugar da observação do discurso na língua. Pêcheux (1988) admite que essas relações que afetam a língua pelo equívoco são encobertas em diferentes marcas sintáticas – pois o equívoco vai se manifestar e

ganha corpo e significação a partir do modo que se materializa pelo viés da falta, do excesso, da repetição e outras que possam ser visíveis nessa ruptura do 'fio do discurso', pelo impacto e na sua condição de 'fazer e desfazer sentidos' – via de regra, porque a língua é um *sistema* e, como tal, passível desses jogos existentes: de caráter 'não fechado', de inter-relações distintas, da gramática à ideologia, do social ao cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

René Descartes foi sem dúvida um dos maiores influenciadores do pensamento humanista. Ele estabeleceu a essência do 'ser', 'dos objetos' e do 'eu' como uma ilusão, em que a única "certeza" era a dualidade humana: *homem-corporal* e *alma (pensamento) precisavam se unir para que houvesse existência*. A ideia de que o corpo ganhava existência pelo *Cogito* foi marcante por séculos na visão humanista, ou seja, por séculos, se creu que *o homem deveria ser concebido como um sujeito autônomo, soberano e capaz de ações objetivas, capaz de construir um "método científico"*.

Porém, essa concepção autônoma era apoiada na fantasia de um eu estável, coerente, apreensível e capaz de conhecer plenamente a si próprio, bem como ao mundo ao seu redor, por meio da razão; e numa consciência acessível e que serviria como base para a compreensão da ação do homem no mundo e para o mundo. Isso levou humanistas a acreditarem na consciência do sujeito, tornando o homem uma espécie de autor intelectual livre, não influenciado pelas circunstâncias históricas e culturais durante o processo do pensar.

Porém, os avanços na compreensão da cognição humana nos levaram a compreender o sujeito sob uma ótica diferente, com base nos aspectos que o constituem ao longo de sua existência, como um ser de cognição corporificada e como construtor de sentidos que constituem sua personalidade de maneira não tão autônoma como Descartes sonhou. Trata-se de uma abordagem muito mais complexa, mais descritiva e menos idealizada do ser. Ao que parece, estamos chegando - ou pensamos estar chegando - mais próximos do que realmente somos.

Essa complexa constituição do humano se articula na língua[agem] e pela interpelação ideológica, máscara, sob a transparência da

linguagem, o discurso que se estabelece no campo das relações tensionadas ao longo da existência.

Portanto, o homem é levado a pensar, em seus movimentos de interpretação, mas na verdade, a trama é muito mais complexa e indeterminada. Em um único *eu* transitam inúmeros sujeitos e, portanto, no discurso de um único eu, transparecem esses inúmeros sujeitos, suas formações ideológicas e existências históricas. E isso também se aplica aos cientistas que estudam os discursos.

Ademais, como Pêcheux (1988) nos revela, a formação ideológica de um *eu* e/ou de um grupo social pode se apresentar como elemento capaz de intervir num confronto com outras forças pela conformação ideológica numa dada sociedade. Em outras palavras, as representações discursivas não podem ser meramente caracterizadas como individuais ou como universais, mas se dão em posições de *classes* que podem comportar os confrontos dos diferentes discursos emanados pelos sujeitos e dos diferentes discursos nele filiados e revelados por meio de sua língua[gem].

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis (1918-). **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro; introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)

CABAS, Antonio Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud e Lacan**: da questão do sujeito ao sujeito em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CHEMAMA, Roland (Org.). **Dicionário de psicanálise**. Tradução Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. "O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil." In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

INDURSKY, Freda. **A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem**. In: Cadernos do Instituto de Letras/UFRGS, 20, dez. 1998.

JESUS, Sérgio Nunes de. **Discurso policial**: a subjetividade em boletins de ocorrência. Dissertação (Mestrado em Linguística). 186 p. Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2008.

LACAN, Jacques. **La metáfora del sujeto – la letra y el deseo**. Traducción directa del francés Hugo Acevedo. Argentina: Homo Sapiens, 1978. (Colección El Hombre y su mente / 5)

MILNER, Jean-Claude. “Da língua”. In: MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Tradução de Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel (1938-1983). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VOTRE, Sebastião José. **Análise do Discurso**. São Paulo: Editora Parábola, 2019. (Coleção Linguística para o Ensino Superior)